

São Paulo restringe empréstimos, para utilizar só recursos próprios

O Estado de São Paulo não deverá tomar mais nenhum empréstimo, seja nos mercados internacionais de capitais, seja no mercado interno, durante estes três primeiros meses de 1979. Essa decisão foi adotada porque o Estado não pretende iniciar qualquer novo empreendimento neste final de governo. E, para terminar as obras que estão em andamento, vai contar apenas com suas próprias receitas, especialmente aquelas provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), como informou, ontem, em São Paulo, o coordenador da administração financeira da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Emmanoel Geraldo Fernandes da Silva.

Essa decisão, contudo, atinge apenas os órgãos que estão sob a administração direta do governo do Estado. Dessa forma, ficam excluídas exatamente aquelas companhias que são as maiores tomadoras de empréstimos. O exemplo mais evidente é da Companhia Energética de São Paulo (CESP), responsável por 31% do endividamento total do Estado, segundo dados de setembro, e que está levân-

tando um empréstimo, no exterior, de 75 milhões de dólares. Naquele mês, a dívida total da CESP era de Cr\$ 31,3 bilhões, sendo que somente Cr\$ 7,23 bilhões foram levantados no mercado interno. Sua dívida externa — US\$ 1,25 bilhão — correspondia a 40% do endividamento externo total do Estado. A empresa, contudo, conseguiu diminuir sua dívida no exterior no decorrer do ano passado, pois em março seu endividamento junto aos bancos estrangeiros era de US\$ 1,55 bilhão.

DÍVIDA TOTAL

Não foi o que ocorreu, porém, com o endividamento total do Estado de São Paulo (incluindo-se os empréstimos levantados diretamente pelo governo e aqueles contratados por empresas estaduais, autarquias e fundações). Em março, essa dívida era de US\$ 4,15 bilhões; em setembro, passara a US\$ 4,52 bilhões.

Com o aumento das taxas de juros nos mercados externos de capitais (especialmente do Libor — London interbank offered rate, taxa bancária em Londres), essa

dívida externa passou a custar mais para São Paulo. Em março do ano passado, os juros e outros encargos representavam 29% da dívida externa paulista; em setembro, eram de 31%.

Em compensação, o custo da dívida interna permaneceu praticamente o mesmo. No final do primeiro semestre do ano passado, para uma dívida interna total de Cr\$ 45,17 bilhões, as taxas de juros e outros encargos custavam 34,8%. Em setembro, para um volume de Cr\$ 58,50 bilhões (aumento de 29% no período), o custo era de 34,2%.

Ainda de acordo com os dados da Supervisão Estadual de Operações de Crédito (Secrefi), pode-se constatar que a Fepasa reduziu drasticamente seu endividamento externo: em março, a empresa devia US\$ 1,27 bilhão (que representava quase 30% do total). Em setembro, devia US\$ 839 milhões (com uma participação de 26% no total do Estado).

Os empréstimos são, além disso, a principal fonte de recursos para o Estado, sem contar suas receitas pró-

prias. Desde 1976, o governo federal praticamente eliminou a possibilidade de captação de recursos através do lançamento de dívida pública. A partir daquela época — quando ocorreu uma das mais sérias crises do open market — o Banco Central permite apenas que os Estados emitam esses papéis em volume igual ao de títulos vencidos.

OBRIGAÇÕES

Assim, no ano passado, o Estado de São Paulo emitiu Cr\$ 4,5 bilhões em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP) para substituir títulos resgatados. O governo paulistas conseguiu, porém, autorização para lançar mais Cr\$ 2 bilhões, que foram integralmente subscritos pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Com isso, o total de ORTP em circulação é de Cr\$ 18,5 bilhões, segundo dados do último mês de novembro. A dívida pública do Estado ainda inclui mais Cr\$ 1,7 bilhão referente a um título pouquíssimo conhecido, embora seja um dos mais antigos: os Bônus Rotativos do Estado de São Paulo.